

Visita do juiz federal André Prado de Vasconcelos às comunidades do Anel Rodoviário

Moradores de vilas situadas às margens da BR 381, no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, receberam a visita do juiz federal André Prado de Vasconcelos, titular da 7ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, neste sábado, 4 de março.

O magistrado foi ao local acompanhado pelo procurador da república Helder Magno da Silva, da Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; pelo Superintendente Regional do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) no Estado de Minas Gerais, Fabiano Martins Cunha; e pelo Coordenador-Geral de Desapropriação e Reassentamento do DNIT, Bruno Marques dos Santos Silva. O grupo teve o apoio de Agentes da Polícia Federal/MG, do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais), de agentes de segurança da Justiça Federal de Minas Gerais (membros do GES - Grupo Especial de Segurança), servidores do DNIT e da JFMG.

A visita durou cerca de seis horas, durante as quais foram ouvidas as lideranças e demais moradores das comunidades da Vila da Paz, Vila da Luz, Vila Pica-Pau e Bairro Bom Destino (localizado no município de Santa Luzia). Juntas, essas comunidades abrigam 1.534 mil famílias já cadastradas no programa de desocupação humanizada do Anel Rodoviário, que serão foco do primeiro reassentamento definitivo.



Vila da Luz: autoridades, servidores da Justiça Federal e do DNIT, moradores e suas lideranças debateram as principais questões que envolvem a desocupação



Moradores foram ouvidos pelas autoridades, em vários locais – como nesta pequena igreja na Vila da Luz



As condições precárias de moradia puderam ser atestadas pelo grupo de autoridades e servidores

O processo, que tramita na 7ª Vara Federal de Belo Horizonte, está há cinco meses sob a responsabilidade do juiz federal André Prado de Vasconcelos. *“É fundamental conhecer in loco a situação. É interessante para o magistrado e para a população”* – afirmou o magistrado.

Ele destacou um dos pontos fundamentais da visita: *“a população conheceu os atores do DNIT, o magistrado que está atuando e também nós pudemos vislumbrar o universo de miséria que o procedimento envolve”*.

O juiz federal enfatizou aos moradores a transparência dada ao processo judicial da desocupação, informando que está disponível no site da Justiça Federal (www.jfmg.jus.br), no banner “Desocupações Humanizadas de Áreas Públicas” toda a documentação referente ao caso Anel Rodoviário-BR 381. *“Um processo dessa magnitude tem de ser feito com transparência, então nossa ideia é deixar tudo na internet; quanto mais gente acessar, mais controle se terá do procedimento”* – asseverou.

A cada comunidade visitada, as autoridades reafirmavam aos moradores a continuidade do programa de desocupação humanizada e explicavam os próximos passos.

A prioridade do programa agora é assentar definitivamente as famílias que recebem hoje o “aluguel social” – situação que, no entender da equipe do DNIT, gera um custo fixo que, poderia ser investido em mais unidades habitacionais, além de causar problemas e inseguranças.

Segundo o magistrado André Prado de Vasconcelos, o alvo do programa são as edificações feitas em área de domínio da União – faixa de terra utilizada para fazer acostamentos e garantir a segurança da população.



O juiz federal André Prado explicou a todos as etapas do programa



Na Vila da Luz, uma escola municipal foi palco do encontro entre as autoridades e a população; André Prado respondeu às dúvidas dos moradores



Juiz federal André Prado e as autoridades do DNIT, o Superintendente Regional do DNIT Fabiano Cunha e o Coordenador Bruno Silva

Uma das novidades do programa é a inclusão do Município de Belo Horizonte e a URBEL, na lista de parceiros.

O Superintendente Regional do DNIT/MG, Fabiano Cunha, destacou aos moradores que a nova metodologia implantada no programa propõe mais celeridade.

Já o coordenador Bruno, do DNIT, detalhou o planejamento do grupo para a desocupação: *“Esperamos, a partir de agosto, começar a reassentar as famílias que estão em aluguel social. Além do aluguel social, nesse primeiro momento, também serão reassentadas definitivamente as famílias que estão na Vila da Paz e na Vila Pica-Pau, que são menores”*.

O reassentamento será feito através da aquisição de imóveis que estão disponíveis no mercado, nesse primeiro momento. O DNIT e o Município de BH irão identificar os imóveis disponíveis e formar um “Banco de Imóveis” – contendo suas características, fotografias e localização. Através desse banco, as famílias poderão escolher três imóveis, visitá-los e selecionar um deles para aquisição pelo DNIT, que receberá a escritura em nome da família.

O DNIT, em conjunto com a URBEL, Defensoria Pública e MPF, está definindo os critérios de prioridade para atendimento às famílias (tais como a existência de idosos, portadores de necessidades especiais, crianças em idade escolar).

Num segundo momento, já em 2018, de acordo com Bruno, será feito o reassentamento das comunidades maiores – Vila da Luz e o Bairro Bom Destino, *“porque para isso é preciso construir unidades habitacionais, já que não há como adquirir imóveis para 1.500 famílias”*. Bruno informou ainda que, para viabilizar a construção dessas unidades habitacionais, o DNIT já está trabalhando junto com o Ministério das Cidades.



Todos tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas



Na Vila da Paz, como em todas as vilas visitadas, o juiz federal reafirmou a continuidade do programa de desocupação humanizada



O grupo visitou diversas moradias situadas ao longo da BR-381

O juiz federal André Prado pretende imprimir um caráter mais objetivo ao tratamento das desocupações - e espera que o primeiro acordo saia neste mês de março. Para isso, preferiu conversar diretamente com as lideranças comunitárias, reunidas no CMAR (Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário), além de ouvir, individualmente, vários moradores.

"Vim para cá conhecê-los, para que saibam quem é o novo juiz responsável que está interessado em resolver o problema" - disse o magistrado.

"A justiça vem aí"

Núbia Ribeiro, Presidente da CMAR (Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário), avaliou como positiva a visita realizada pelo juiz federal André Prado e as demais autoridades. *"Antes, a comunidade estava apreensiva, mas depois da visita do juiz André, muito se esclareceu. Ele ouviu os moradores com calma e respondeu as suas dúvidas"*- afirmou a presidente, destacando que o magistrado *"explicou com mais detalhes o projeto que será feito"* e que os moradores estão se sentindo *"mais seguros e confiantes que dará certo desta vez"*.

Adriana Edwiges, líder comunitária da Vila da Paz, apontou os acidentes de trânsito como o principal problema da comunidade. *"Morrem muitas pessoas aqui; crianças são atropeladas. O risco é muito grande. Fora os mosquitos, os ratos e os muitos escorpiões que aparecem dentro das casas. Essa é a parte pior, com o que todos são obrigados a conviver. Mas, com fé em Deus, a justiça vem aí!"*

A expectativa da comunidade, segundo Adriana, é grande: *"Desta vez vai acontecer, para a felicidade de todos e a minha também. Meu sonho é ver todo mundo reassentado; fora deste perigo, cada um na sua moradia, porque viver aqui, a gente vive, mas todo mundo quer e merece algo melhor. Acho que eu vou ficar muito mais feliz do que eles, por ter conseguido isso"*.

Edna Pereira dos Santos Alves, presidente da associação de moradores da Vila da Luz há 16 anos, também refletiu a esperança dos muitos habitantes da região: *"Estamos abraçando o programa porque realmente acreditamos nele. Eu já perdi a minha mãe no Anel Rodoviário, em frente a minha casa, há 17 anos. Viemos de muitas lutas, já tivemos duas ordens de despejo aqui, uma em 1990, outra em 2008. Acreditamos que o DNIT, a Justiça Federal, a Caixa Econômica, o MPF, o DPU, todos são parceiros nossos, não são rivais. Eu costumo dizer que não se constrói um prédio de dez andares sem saber a estrutura que se tem. E hoje, com essa estrutura, pequena, ainda, de mais de 180 famílias a serem reassentadas de imediato, já é uma grande esperança. Quando ficamos sabendo que a Vila Pica-Pau também será reassentada, o alívio foi maior"*.

A líder comunitária da Vila Pica-Pau, Marilda Cerqueira, também mostrou-se confiante no sucesso da nova fase do programa: *"tudo vai dar certo"*.

Ao longo da visita, os moradores puderam fazer seus questionamentos e expressar suas preocupações. As aquisições e vendas dos imóveis ocupados, consideradas ilegais, é uma das questões que preocupam os moradores. Outra colocação comum é a de que *“os ocupantes da rodovia foram abandonados pelo município, a partir do momento em que se acreditou que a JFMG assumiria a questão”*.

O juiz federal André Prado de Vasconcelos deixou claro aos moradores que todas as soluções seriam construídas em conjunto, no âmbito do programa de desocupação humanizada do Anel Rodoviário.